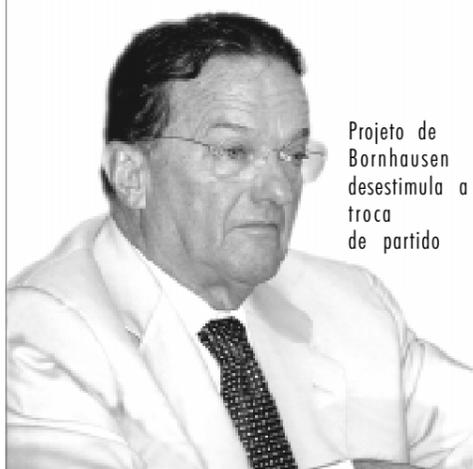


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.351 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2001



Projeto de Bornhausen desestimula a troca de partido

Plenário aprova mudanças na propaganda eleitoral

Nova forma de rateio dos espaços no rádio e na televisão, definição da boca-de-urna como crime eleitoral e fixação de prazos para escolha de candidatos fazem parte de projeto acolhido ontem por unanimidade. A proposta será agora enviada à Câmara.

PÁGINA 3

Senadores pedem iniciativas de combate à violência

PÁGINA 9



CPI do Futebol ouviu o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva

CPI aponta indícios de evasão de divisas em negócios do Flamengo

PÁGINA 11

Começa debate sobre nova lei de radiodifusão

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática e a Comissão de Educação vão realizar duas audiências públicas sobre o projeto que trata da nova lei de radiodifusão.

PÁGINA 12



Autoridades e familiares participaram da homenagem ao centenário de Pedro Aleixo no Plenário do Senado



Senado presta homenagem ao centenário de Pedro Aleixo

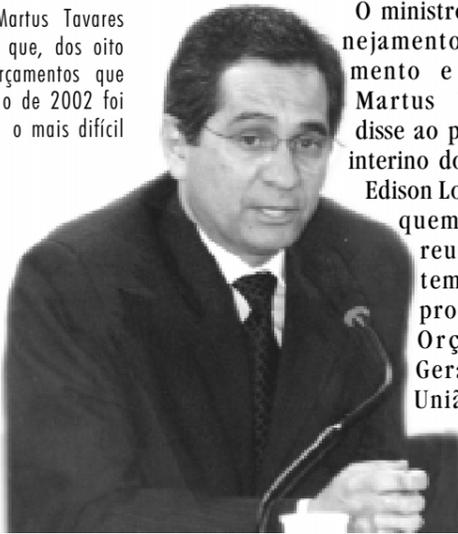
A convicção democrática de Pedro Aleixo, demonstrada em episódios como a firme resistência à edição do AI-5, foi lembrada ontem pelos senadores, durante homenagem ao centenário de nascimento do político mineiro.

PÁGINAS 6 E 7

Martus entrega hoje proposta do Orçamento

Ao comunicar ao presidente interino do Senado, Edison Lobão, que projeto para o próximo ano está pronto, ministro do Planejamento reconhece que houve “tensão de todos os lados”

Ministro Martus Tavares admite que, dos oito orçamentos que coordenou, o de 2002 foi o mais difícil



O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, disse ao presidente interino do Senado, Edison Lobão, com quem esteve reunido ontem, que a proposta de Orçamento Geral da União para 2002 será entregue hoje ao

Congresso Nacional.

Martus Tavares admitiu que, dos oito orçamentos que coordenou, o do próximo ano foi o mais difícil, porque, segundo ele, houve “mais tensão de todos os lados”.

O ministro disse que, embora a pressão dos setores interessados em reforço de verbas – Congresso, ministros e governadores – seja natural, ela tem como barreira a realidade, ou seja, a carga tributária, ou o quanto a sociedade está disposta a pagar de tributos.

CRÉDITO

A Comissão Mista de Planos,

Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei que abre ao orçamento fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 27,8 milhões. O projeto, enviado pelo Poder Executivo, teve parecer favorável do relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

De acordo com a exposição de motivos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, os recursos serão aplicados em ações no âmbito do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro),

objeto de acordo de empréstimo, e do Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso (Prodeagro). Ambos os acordos foram celebrados com o Banco Mundial e terminam no dia 31 de dezembro deste ano.

As ações desses programas, acrescenta o ministro no documento, têm como objetivo a melhoria da infra-estrutura rodoviária para minimizar os custos com transporte no local, o controle de atividades poluidoras, como garimpo e abatedouros, e a conclusão do zoneamento socioeconômico e ecológico da região.

Presidente interino do Congresso define pauta

O novo presidente interino do Congresso Nacional, deputado Efraim de Moraes (PFL-PI), reuniu-se ontem com o colégio de líderes na Câmara e no Senado. Foi marcada sessão conjunta das duas Casas do Legislativo para a próxima quarta-feira e definida a pauta das votações, com nove medidas provisórias, seis créditos suplementares e o substitutivo ao projeto de Plano Plurianual (PPA).

O encontro foi realizado na sala de reuniões da Presidência do Senado, a convite do presidente interino do Casa, senador Edison Lobão (PFL-MA), que ocupava também interinamente o cargo de presidente do Congresso, até manifestação formal do Supremo Tribunal Federal (STF), em favor de Efraim de Moraes. O deputado agradeceu a gentileza e a colaboração de Edison Lobão.

A reunião com representantes das lideranças partidárias

contou com a presença de um grande número de deputados, além dos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Encerrado o encontro, o deputado Efraim de Moraes destacou que, a partir da manifestação do Supremo Tribunal Federal, o Congresso retomará suas atividades.

Efraim confirmou para as 11h de hoje encontro com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que fará a entrega do projeto de Lei Orçamentária da União para 2002.

Ele receberá o ministro na sala de audiências da Presidência do Senado, também a convite do senador Edison Lobão.

Lobão diz que recebeu decisão com naturalidade

Com naturalidade e tranquilidade. Foi desta forma que o presidente interino do Senado, Edison Lobão, disse ter recebido a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o deputado Efraim de Moraes, vice-presidente da Mesa do Congresso Nacional, deveria conduzir as sessões conjuntas

das duas Casas, como presidente interino, em função da licença solicitada pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) da Presidência do Senado.

Lobão fez questão de enfatizar, na tarde de ontem, que tanto ele quanto o deputado não tinham “qualquer disputa de vaidade em torno da presi-

dência do Congresso”. A preocupação, explicou ele, era que houvesse uma “definição jurídica, para que as decisões do Congresso continuassem a fluir pelo leito natural da legalidade”.

Para ilustrar sua tese, o senador observou que fez questão de oferecer ao deputado a sala da Presidência do Senado para a realização de reunião com os líderes encarregados de definir a pauta da próxima sessão do Congresso, e para receber o projeto de Orçamento Geral da União para 2002, das mãos do ministro do Planejamento. O deputado reconheceu um certo “ineditismo” nessa situação, mas destacou que está “confortável” para cumprir seu papel.



Efraim de Moraes reuniu-se ontem com lideranças partidárias no Senado e na Câmara



SEXTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2001

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente interino: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovadas novas regras para propaganda eleitoral

Projeto acatado por unanimidade determina que o tempo dos candidatos no rádio e televisão será rateado entre os partidos conforme representação na Câmara decorrente do último resultado eleitoral, e não mais a do início da legislatura em curso

Por unanimidade, o Senado aprovou ontem projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) alterando as regras eleitorais e estabelecendo que o tempo de propaganda no rádio e na televisão será rateado entre os partidos levando em conta a representação na Câmara dos Deputados decorrente do último resultado eleitoral. Atualmente, é levada em consideração a representação partidária no início da legislatura em curso.

Conforme o relator da matéria, senador José Agripino (PFL-RN), o objetivo é impedir que parlamentares troquem de partido apenas para ampliar o tempo de propaganda eleitoral gratuita de determinada legenda. O projeto, que ainda irá à deliberação da Câmara,

também estabelece que a propaganda no rádio e na TV começará 45 dias antes das eleições.

Na presidência da sessão, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) celebrou a aprovação de emenda de sua autoria que proíbe a propaganda de boca-de-urna. Também foi decidido que a propaganda eleitoral somente será permitida após o dia 16 de agosto do ano em que ocorrer a eleição. E seis dias antes as emissoras estarão vedadas de transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção.

A partir de 11 de agosto, a Justiça Eleitoral convocará os partidos e a representação das emissoras de televisão para elaborar plano de mídia, destinado



Bornhausen é autor e Agripino relator da proposta que pretende inibir a mudança de partidos por parlamentares para garantir maior tempo no rádio e TV

a organizar o horário eleitoral gratuito, garantindo-se a todos participação nos horários de maior e menor audiências.

Foi também decidido que a escolha dos candidatos pelos parti-



dos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas entre 10 de junho e 5 de agosto do ano das eleições. Já o registro de candidaturas terá que ser solicitado à Justiça Eleitoral até o dia 10 de agosto.

Governo vai renegociar dívida da Tanzânia

Em regime de urgência, o Senado autorizou ontem a União a realizar operações financeiras concernentes a Contrato de Reestruturação de Débitos da República da Tanzânia com o Brasil.

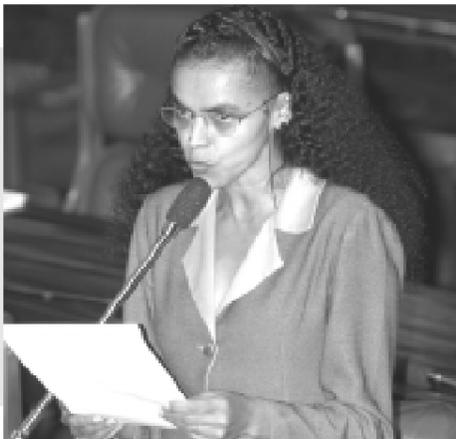
O valor reescalonado chega a US\$ 232,4 milhões e é oriundo de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex). As operações serão feitas de acordo com entendimento celebrado no âmbito do Clube de Paris. A decisão do Plenário vai agora à promulgação.

Adiada votação do projeto sobre suplente de senador

Foi transferida para terça-feira, dia 4, a votação do projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que impede o candidato a senador de registrar como suplente o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau. A iniciativa altera a Lei das Inelegibilidades e foi concebida no entendimento de que "a sociedade brasileira não aceita mais

o nepotismo nem o apadrinhamento político".

A senadora disse que elaborou o projeto preocupada com o fato de que, nas últimas eleições para o Senado, alguns candidatos registraram como suplentes o cônjuge, filho, pai e até genro. Na opinião de Marina Silva, estando melhor informada, "a população não agüenta mais práticas como essa".



Projeto de Marina Silva impede que candidato a senador registre parente ou cônjuge como suplente

Decisão sobre medidas provisórias será na quarta

Na presidência da sessão plenária, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou que ocorrerá quarta-feira, dia 5, a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe o poder do Executivo de editar medidas provisórias.

Vista pela maioria dos senadores como mudança histórica nas prerrogativas do Parlamento, a proposta fixa em 60 dias a validade das MPs, que hoje é de 30 dias. As medidas, entretanto, são reeditadas mensalmente pelo governo, enquanto o Congresso sobre elas não se manifesta.

Na mesma sessão, a pedido do senador Romero Jucá (PSDB-RR), o Plenário adiou a votação da proposta de emenda à Constituição que enquadra nos cargos que efetivamente exercem



A data em que o Senado votará a PEC foi anunciada por Antonio Carlos Valadares, que presidiu ontem sessão plenária

servidores públicos da União cedidos a outros órgãos.

Jucá pediu o adiamento para que o Senado tenha um pouco mais de tempo na busca de entendimento sobre o assunto. Ele observou que algumas situações de funcionários cedidos a outros órgãos não justificam o enquadramento.

Emissoras de rádio recebem autorização

O Senado aprovou ontem 13 decretos legislativos autorizando a exploração do serviço de radiodifusão comunitária em nove estados. Em São Paulo foram beneficiadas a Associação Comunitária Padre Maximino, de Itatiba; a Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM, de Conchas; e a Associação Cultural Recreativa e Desportiva, de Elias Fausto. Na Bahia, receberam autorização a Associação Comunitária Madre FM, na cidade de Madre de Deus, e a Associação dos Moradores de Aracruz, de Barreiras. No Maranhão, foram autorizadas a Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto, de São Benedito do Rio Preto, e a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo, de Urbano Santos.

Também foram beneficiadas, entre outras, a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro, de Girau (AL); a Associação Comunitária Sócio Cultural Hermes Fontes, de Boquim (SE); a Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia-Carflor, de Florânia (RN); e a Associação Ecológica do Rio Camboriú, de Camboriú (SC).

Freire defende fim de duplo emprego público para médico

No segundo dia de discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza dentistas a acumular até dois cargos públicos, o senador Roberto Freire (PPS-PE) anunciou que tem proposta destinada a extinguir a prerrogativa hoje garantida aos médicos.

Ele explicou que a duplicida-

de de emprego público desses profissionais se justificava numa época em que o Brasil tinha poucos médicos. Hoje, disse, o país possui um número de médicos condizente com o exigido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). "O que se discute é o sistema público e a remuneração

dos médicos."

Freire solicitou que o Senado não mantenha essa situação, que a seu ver não é justa. Para o senador, o médico que atua em dois empregos "não trabalha bem em ambos".

Roberto Freire também informou que sua proposta garante,

num emprego, a remuneração que os médicos hoje obtêm em dois. E acrescentou que, "infelizmente", não obteve o número de assinaturas necessárias para sua iniciativa tramitar. Ele anunciou que votará contra a PEC que permite a acumulação de cargos pelos dentistas.

Volta à Câmara projeto que cria fundo para melhorar alimentação de crianças

Matéria foi aprovada ontem pelo Senado, em turno suplementar, mediante substitutivo do senador Hugo Napoleão. Deputados vão deliberar sobre mudanças introduzidas na proposta

Em turno suplementar, o Senado aprovou ontem o projeto de lei que cria um Fundo Nacional de Alimentação (FNA) para estimular a regionalização da produção alimentícia e melhorar a nutrição das gestantes carentes e das crianças de até 5 anos.

Votado conforme um substitutivo do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), o projeto volta à Câmara para que os deputados deliberem sobre as alterações feitas no Senado. De acordo com o texto,

o fundo será constituído com recursos do Orçamento da União, doações, legados, subvenções e auxílios de organismos nacionais e internacionais.

Seus recursos serão utilizados na concessão de empréstimos a pequenos e médios ruralistas para uma produção que contribua na melhoria nutricional das gestantes e crianças de até 5 anos. Essa produção será adquirida e distribuída aos beneficiários, de acordo com o que estabelecer futura regulamentação.

O Fundo Nacional de Alimentação será constituído por



A aplicação dos recursos vai ser feita da seguinte maneira

- Doações e legados
- Auxílios de organismos nacionais e internacionais
- Recursos do orçamento da União
- Financiamento de ações que viabilizem a alimentação das gestantes carentes e crianças até cinco anos de idade
- Empréstimos para agricultores de pequeno e médio porte que produzem alimentos. As operações de crédito terão encargos especiais

O controle da aplicação dos recursos será feito por conselhos constituídos para essa finalidade, em níveis federal, estadual e municipal

Serviço 0800 – A Voz do Cidadão já recebeu mais de 21 mil chamadas

O Serviço 0800 – A Voz do Cidadão, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas da Secretaria de Comunicação Social da Casa, registrou, de 1º de janeiro a 28 agosto deste ano, 21.134 chamadas de cidadãos de todo o Brasil para o Senado Federal. Houve aumento nas ligações



Mantido pela Subsecretaria de Relações Públicas, o serviço funciona 24 horas, diariamente

para o serviço, uma vez que em todo o ano de 2000 foram efetuadas 24.152 ligações.

O sistema permite que, de qualquer ponto do país, inclusive utilizando telefones públicos, o cidadão ligue gratuitamente para o número 0800-612211 para tirar suas dúvidas ou apresentar sugestões, críticas e comentários aos senadores ou ao Senado. É possível também ter acesso aos diversos projetos em tramitação e à mais rica base de dados parlamentares e legislativas do Brasil. Do total de chamadas contabilizadas este ano, 5 mil resultaram em pesquisas legislativas e envio de dados diretamente ao cidadão.

ASSINATURAS

O Serviço 0800 funciona às 24 horas do dia, inclusive sábado e domingo. De segunda a sexta-feira, entre 9h e 21h, o atendimento é personalizado. Nos demais horários, o atendi-

to é feito por meio de caixa eletrônica de mensagens. Todas as ligações são registradas e encaminhadas aos gabinetes dos senadores e aos órgãos administrativos do Senado. O acesso também é possível pelo e-mail cidadao@senado.gov.br e pela *homepage* do Senado – www.senado.gov.br, no link Serviço 0800.

Cerca de 30% das chamadas deste ano foram dirigidas aos senadores; consultas sobre leis e matérias legislativas foram objeto de cerca de 20% das ligações. Mensagens para o *Jornal do Senado* foram responsáveis por quase 20% das chamadas. A grande maioria das novas assinaturas do *Jornal do Senado* é feita por meio do 0800. As demais publicações da Casa foram motivo de 10% das ligações. Entre os estados, os campeões de chamadas foram São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Edison Lobão reúne-se com garimpeiros de Serra Pelada

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), marcou para a próxima terça-feira nova reunião com representantes dos garimpeiros de Serra Pelada, desta vez com a participação de alguns deputados, igualmente dispostos a encontrar uma solução para atender às reivindicações do grupo.

Na reunião realizada na tarde de ontem, e que contou com a presença do deputado Sebastião Madeira, ficou evidenciada a impossibilidade de aprovação, pelo Senado, das emendas da Câmara a projeto de decreto legislativo sobre a situação do garimpo. A inconstitucionalidade das emendas, já verificada pela assessoria jurídica do Senado, foi confirmada pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

Edison Lobão comprometeu-se a constituir comissão mista de deputados e senadores para atuar no plano legislativo e também no sentido de fiscalizar a gestão da cooperativa de trabalhadores do garimpo de Serra Pelada. Segundo denúncias de parte dos presentes à reunião, a atual direção da cooperativa, dominada pelo ex-deputado Sebastião Curió, impede novas filiações. Legalmente, a cooperativa é o instrumento aceito pela Justiça Federal para pagamento de indenização devida pela Caixa Econômica Federal aos garimpeiros de Serra Pelada.



Edison Lobão marcou para terça-feira nova reunião com representantes dos garimpeiros, visando encontrar solução que possa atender às reivindicações

Eduardo registra compromisso de FHC com Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou o compromisso assumido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em entrevista à Rádio Araguaia, de liberar recursos para saldar ao menos parte da dívida que o governo tem com o estado do Tocantins. O débito resulta de não-cumprimento de dispositivo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece a liberação de recursos financeiros da União ao Tocantins durante dez anos. Segundo o senador, esgotados os dez anos, nenhum recurso foi repassado.

Eduardo Siqueira Campos disse que o presidente manifestou, ainda, apoio à continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul por meio de "uma privatização bem feita" ou com recursos públicos, caso não haja a privatização.

O presidente, segundo o senador, também manifestou interesse no processo de privatização do complexo de hidroelétricas do Rio Tocantins. Fernando Henrique teria afirmado, conforme relatou Eduardo, que "o Tocantins tem energia elétrica, tem estradas, terra boa e, por isso, terá investimentos". O senador encerrou o pronunciamento agradecendo o apoio dado pelo governo federal ao seu estado.

Freire critica ausência de regulamentação das MPs

O fato de a proposta de emenda à Constituição (PEC) que regulamenta a edição de medidas provisórias (MPs) não ter sido votada em segundo turno foi criticado ontem em Plenário pelo senador Roberto Freire (PPS-PE). Para ele, não é possível criticar o Poder Executivo por editar MPs se o Congresso Nacional não assume a responsabilidade de regulamentar a matéria.

— Devíamos estar aqui votando, para não darmos ao governo mais tempo para que ele reedite as medidas provisórias na sistemática anterior e não na nova, que deveria estar regulamentada — afirmou o senador.

Freire comentou ainda a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir a sucessiva reedição de MPs, gerando o que chamou de “quadro caótico”. Para o senador, o mais grave foi o STF ter permitido o acréscimo de matérias novas nas reedições.

— Isso é um absurdo. E é um



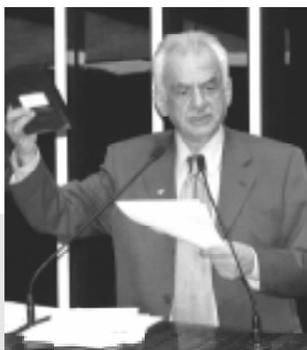
Freire cobrou a votação da PEC que estabelece novas regras para edição de medidas provisórias

absurdo maior que o Congresso Nacional não regulamente a questão, permitindo a exorbitância do Executivo por omissão nossa.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que presidia os trabalhos, informou ao Plenário que a proposta que regulamenta o uso de MPs pelo Poder Executivo está incluída na pauta da sessão da próxima quarta-feira, dia 5.

Simon rebate acusação de uso de recurso público

Da tribuna do Plenário, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) rebateu ontem nota publicada pelo jornalista Ricardo Boechat, no *Journal do Brasil*, acusando-o de utilizar recursos públicos para se promover junto aos convenionais do seu partido. Simon



Simon: uso da gráfica do Senado ocorre conforme ato administrativo permite

encaminhou ao jornalista carta em que sua assessoria de imprensa desmente a acusação. Também foram enviadas, anexas à carta, notas fiscais com os valores pagos na aquisição, gravação e remessa do material.

Diz a carta que, “ao contrário do que afirma a nota, o material constituído por uma fita de vídeo simples, trazendo a cópia de discurso do senador, mais um jornal de quatro páginas impresso em papel comum, com o mesmo discurso transcrito de forma resumida, e ainda um livro com a biografia do senador, não está sendo pago pelo contribuinte. A despesa foi paga por amigos que o surpreenderam com a iniciativa. De

forma nenhuma foram utilizados recursos públicos”, conclui a carta.

Após encaminhar cópia de todo o material à Mesa do Senado, Simon foi à tribuna para rebater a nota de Boechat, intitulada “Nós Pagamos”. O senador esclareceu que apenas se utiliza da gráfica do

Senado, e rigorosamente dentro do que está estabelecido pelo Ato Administrativo nº 6. Desse modo, utiliza toda a cota a que tem direito como senador na impressão dos seus pronunciamentos. As cópias do livro que encaminhou aos 712 convenionais do PMDB, explicou, eram da cota.

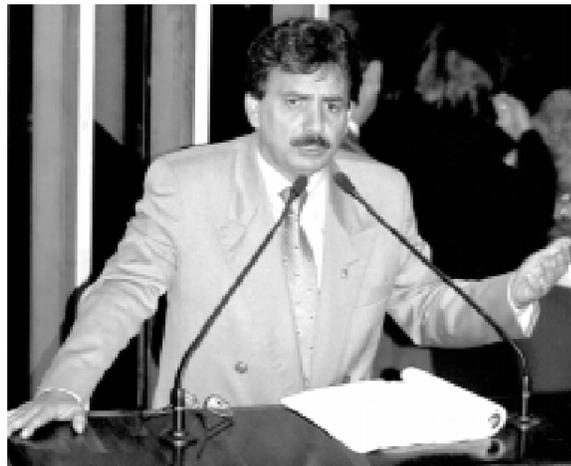
Indignado, Simon lamentou atitudes como a do colunista, “que brinca com a dignidade das pessoas”. Disse, contudo, esperar que o equívoco cometido pelo jornalista seja reparado em sua coluna, dizendo ainda torcer para que Boechat se transforme, de fato, “num fiscal dos gastos exorbitantes feitos por muitos candidatos à Presidência da República”.

Proposta de Ademir permite a assembleia convocar autoridade

Conforme PEC apresentada pelo senador, legislativos estaduais e municipais poderiam também encaminhar pedido de informação por escrito

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite às assembleias legislativas e câmaras de vereadores a convocação de autoridades dos governos estaduais e municipais para prestar esclarecimentos dos seus atos. A intenção do senador é conceder aos legislativos dos estados e municípios prerrogativa análoga à que é exercida pelo Congresso Nacional, que pode convocar ministros e outras autoridades federais.

— As atribuições estão previstas na Constituição para os órgãos do Poder Legislativo federal e há os que entendem que essas atribuições contemplam também as assembleias e câmaras de vereadores. Mas muitas vezes elas são negadas sob o argumento de que falta previsão constitucional para isso. Estamos contribuindo para que essas casas do povo possam exercer com toda a efetividade as prerrogativas de fiscalização que



Para Ademir Andrade, prerrogativa do Congresso deve ser estendida às assembleias e câmaras de vereadores

são próprias do Legislativo — justificou Ademir Andrade.

Pela PEC, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados às prefeituras ou aos governos estaduais poderão ser convocados para prestar informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de cometerem crime de responsabilidade. Além disso, o texto permite que as autoridades compareçam ao Legislati-

vo para expor assuntos de interesse dos governos. A proposta estende também às mesas das assembleias e câmaras de vereadores o direito de encaminhar pedidos de informação por escrito às autoridades.

A proposta, com a assinatura de 44 senadores, foi encaminhada à Mesa do Senado, que a enviou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Amir Lando ressalta documento final da assembleia geral da CNBB

A declaração divulgada ao final da 39ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em 21 de julho em Itaci (SP), foi apoiada pelo senador Amir Lando (PMDB-RO). Ele comparou o documento a “um grito de angústia, de perplexidade e, ao mesmo tempo, de esperança” e ressaltou a legitimidade da Igreja Católica “para falar das coisas do Brasil”, lembrando seus cinco séculos de atuação no país “em todos os espaços e principais fatos históricos”.

Lando vê semelhanças entre a declaração da CNBB e os discursos que ele tem feito no Senado, afirmando que isso ocorre não apenas porque vivenciam a mesma realidade, mas devido à mesma visão cristã de mundo. O senador criticou o que chamou de “deus-mercado, em que a solida-



Para Lando, a Igreja Católica tem legitimidade “para falar das coisas do Brasil”, devido aos cinco séculos de atuação no país

população, segundo o Banco Mundial, vivendo em 15,49% da superfície terrestre, concentra 65,72% de tudo o que é produzido? Que modelo de desenvolvimento é esse em que a esperança de vida da porção mais rica, como nos Estados Unidos e Japão, ultrapassa os 80 anos, enquanto o lado mais pobre, como em Serra Leoa e Zâmbia, não atinge os 40?

CORRUPÇÃO

O senador também destacou, na declaração da CNBB, a denúncia contra a corrupção, que, “cada vez mais disseminada e estimulada pela impunidade, agride a consciência do povo, levando ao descrédito das instituições”. Lando disse ainda que a sociedade e a Igreja têm papel fundamental na retomada de consciência.

riedade deu lugar à competição globalizada, o consumo parece determinar os limites da felicidade e tudo se vende, até mesmo a condição humana”.

— Como falar de globalização se o planeta ainda convive com a dor da fome de 1,6 bilhão de pessoas, sendo que 50 milhões estão no Brasil? Que mundo globalizado é esse se apenas 11,59% da



“A poucas pessoas acontece serem colhidas pelo raio duas vezes na vida” – essa frase do próprio Pedro Aleixo, lembrada ontem por Francelino Pereira, ajuda a traçar o perfil do político mineiro que presidia a Câmara dos Deputados e ocupava a Presidência do Congresso em duas ocasiões em que o Parlamento foi fechado.

Senado homenageia centenário de Pedro Aleixo

O Senado realizou ontem sessão solene para homenagear o centenário de nascimento do político, jornalista e escritor mineiro Pedro Aleixo. Várias autoridades estiveram presentes, entre elas o ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal (STF), o representante do governo de Minas Gerais, Israel Pinheiro Filho, e os filhos do homenageado – o padre José Carlos Aleixo, Heloísa Aleixo Lustosa e Maurício Aleixo, que foram convidados pelo presidente interino do Senado, senador Edison Lobão (PFL-MA), a comporem a Mesa. Além de Francelino Pereira (PFL-MG), autor do requerimento da sessão solene, também ocuparam a tribuna para homenagear Pedro Aleixo os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), José Alencar (PMDB-MG), Arlindo Porto (PTB-MG), Pedro Simon (PMDB-RS) e Edison Lobão. Ao final da homenagem foi lançado selo comemorativo do centenário de nascimento de Pedro Aleixo. Heloísa Aleixo Lustosa, a convite do presidente interino do Senado, rompeu o lacre do envelope que continha o selo.



O presidente interino do Senado, Edison Lobão, convidou os filhos de Pedro Aleixo a comporem a Mesa na sessão de homenagem

Cabral dá testemunho sobre postura democrática

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) foi um dos que homenagearam o centenário de nascimento de Pedro Aleixo. Cabral, que chegou à Câmara dos Deputados em 1967, lembrou passagens envolvendo o líder político mineiro, com destaque para os questionamentos diante da postura autoritária do regime militar pós-1964.

Um dos episódios citados pelo senador foi o pronunciamento que ele, Cabral, fez em protesto contra a morte do estudante Edson Luiz, no restaurante Calabouço, no Rio, episódio que provocou a passeata dos Cem Mil. “Em meu discurs-

so, disse que o governo estava resolvendo o problema da falta de vagas nas universidades, assassinando estudantes. Pedro Aleixo comentou comigo o discurso, dizendo de suas lembranças do moço rebelde e íntegro que ele havia sido. Suas lições foram me apontando caminhos”, afirmou Bernardo Cabral.

A firme postura democrática de Aleixo ficou marcada, conforme o senador, no episódio da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que cerceou as liberdades civis e cassou os direitos políticos de parlamentares – inclusive do próprio Bernardo Cabral. “No Conselho de Segurança Na-



Bernardo Cabral: “Pedro Aleixo votou com dignidade contra o AI-5”

cional, Pedro Aleixo foi o único com dignidade para votar contra o AI-5. Não importa que o seu passado possa ser descrito com todas as honrarias, mas sim dizer que, no momento difícil, se insurgiu com uma simples assinatura”, disse Cabral.

Francelino destaca heroísmo na firme oposição ao AI-5

Ao abrir ontem as homenagens prestadas pelo Senado ao centenário de nascimento de Pedro Aleixo, o senador Francelino Pereira (PFL-MG), autor do pedido de homenagem, destacou a coragem daquele político mineiro na intransigente posição que assumiu contra o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que marcou o endurecimento do ciclo militar iniciado em 1964. Pedro Aleixo, que foi vice-presidente da República e que chegou a ocupar a Presidência por quatro dias no governo do general Costa e Silva, pela Constituição em vigor era então o presidente do Congresso Nacional quando este foi fechado.

Aleixo, advogado, jornalista e professor, foi também ministro da Educação no governo do general Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro militar a assumir a Presidência da República após a derrubada do governo João Goulart. Como vice-presidente de Costa e Silva, contudo, não pôde assumir a Presidência com a doença do general, em razão das posições que assumiu contra o AI-5 – lembrou Francelino. O país, então, passou a ser governado por uma junta militar.

Francelino lembrou que Pedro Aleixo era filho de um pai muito austero, José Caetano Aleixo, que chegou a romper com um dos filhos porque este decidira estudar piano em Viena. Pedro

Aleixo, prosseguiu Francelino, sempre demonstrou vocação para a política, tanto que, aos 4 anos de idade, amigos do pai costumavam dar uma moeda para ver o garoto fazer discursos. Amigo de Milton Campos, de quem foi secretário no governo de Minas, Pedro Aleixo participou com ele da fundação da União Democrática Nacional (UDN). Foi também amigo de Juscelino Kubitschek e de Magalhães Pinto, embora não tivesse concordado com a candidatura deste último ao governo de Minas.

Por uma grande coincidência do destino, segundo Francelino, Pedro Aleixo era o presidente da Câmara dos Deputados quando o Congresso foi fechado pelo Estado Novo, em 1937, e, como vice-presidente da República, era presidente do Congresso quando este foi novamente fechado em 1968. Ao relatar esses episódios, Francelino lembrou comentário do próprio Aleixo: “A poucas pessoas acontece serem colhidas pelo raio duas vezes na vida”.

SELO COMEMORATIVO

A homenagem foi finalizada com o lançamento de selo comemorativo do centenário de nascimento de Pedro Aleixo. Heloísa Aleixo Lustosa, a convite do presidente interino do Senado, Edison Lobão, rompeu o lacre do envelope que continha o selo de homenagem ao pai.



Francelino Pereira ressaltou que Aleixo já fazia discursos aos 4 anos de idade



A oposição de Pedro Aleixo à decretação do Ato Institucional nº 5 foi lembrada por vários oradores durante a homenagem do Senado ao centenário de nascimento do político mineiro. O presidente interino da Casa, Edison Lobão, afirmou que o então vice-presidente da República “foi voto vencido, mas não se curvou”.

“Faltam homens como Aleixo”, afirma Simon

“Neste triste horizonte de falta de hombridade, de homens de bravura e dignidade, faltam homens como Pedro Aleixo”, afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao prestar sua homenagem ao centenário de nascimento do político mineiro.

Simon lembrou que Pedro Aleixo foi o único entre os integrantes do governo militar a se insurgir contra a edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. Tendo sido o primeiro a se pronunciar na reunião do Conselho de Segurança Nacional que discutiu a matéria, Aleixo fez uma exposição emocionada, ressaltando a iniquidade de uma lei que agredia a Constituição e atentava contra os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

— Com suas ponderações, o político mineiro estava selando seu destino. Ao ir contra os militares, que pediam uma medida de força, e os civis que representavam a direita, construía uma barreira em torno do seu nome. Menos de um ano depois, no afastamento do presidente Costa e Silva, ele seria impedido de assumir a Presidência da República — lembrou o senador.

Para Pedro Simon, esse é um exemplo de que a ética faz parte do cidadão durante toda a sua vida e de que vale a pena ter ética e moral na vida pública.



Pedro Simon vê em Aleixo um exemplo de que vale a pena ter ética e moral na vida pública

Alencar: resistência ao AI-5 provou convicção democrática

A decisão de Pedro Aleixo de se opor à decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), sendo a única voz discordante no Conselho de Segurança Nacional no governo Costa e Silva, foi vista pelo senador José Alencar (PMDB-MG) como mais uma mostra de suas “convicções democráticas”.

Em vez do fechamento do Congresso Nacional, previsto no AI-5, Aleixo defendia a decretação de



Segundo José Alencar, Pedro Aleixo assumiu posições de “claro destemor cívico”

estado de sítio, segundo assinou Alencar ontem, durante homenagem ao centenário de nascimento do político mineiro.

Em seu pronunciamento, Alencar destacou outros episódios em que o vice-presidente de Costa e Silva assumiu posições de “claro destemor cívico”.

Na condição de presidente da Câmara dos Deputados, durante o Estado Novo, em 1937, Pedro

Aleixo registrou seu protesto contra o fechamento do Congresso em mensagem ao então presidente da República, Getúlio Vargas. Em outubro de 1943, foi um dos signatários do “Manifesto dos Mineiros”, que cobrava o fim da ditadura Vargas e a redemocratização do país.

— A probidade e os princípios éticos no trato da coisa pública, o sentimento nacional e a sensibilidade social foram traços dominantes em seu lendário percurso de cidadania — declarou Alencar.

Após registrar passagens da trajetória de Pedro Aleixo como homem público, o senador mineiro não conteve um desabafo: “Que falta estão nos fazendo gestos dessa natureza”.



Lobão foi “testemunha diária da simplicidade e da grandeza” de Pedro Aleixo

Lobão agradece o “privilégio” da convivência

O senador Edison Lobão manifestou sua satisfação pela coincidência de estar ele na Presidência do Senado durante a sessão solene em homenagem ao centenário do nascimento de Pedro Aleixo. Lobão lembrou que, como jornalista, teve convivência diária com Aleixo, à época deputado.

— Fui testemunha diária de sua simplicidade e de sua grandeza, em todos os momentos de sua atuação parlamentar e, posteriormente, como vice-presidente da gestão Costa e Silva. Agradeço a honra e o privilégio de ter convivido com um homem que soube honrar a família, o Estado e a nação — afirmou.

Lobão ressaltou que Pedro Aleixo mereceu honrarias e sofreu revezes, mas sempre conseguiu manter sua coerência na busca pelo aprimoramento da democracia brasileira. “Era doce no convívio e temível no debate parlamentar”, lembrou.

Ao referir-se ao episódio da edição do AI-5, durante a presidência de Costa e Silva, Lobão relatou o encontro que Aleixo teve com o presidente, em seu gabinete, antes da reunião do Conselho de Ministros que terminou aprovando o ato.

— Com a ajuda do chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco, Aleixo tentou convencer Costa e Silva de que os preceitos constitucionais vigentes eram suficientes para debelar a crise do país, lembrando haver, inclusive, a possibilidade do estado de sítio. Foi voto vencido, mas não se curvou, mantendo a coragem de defender a prevalência dos princípios democráticos — concluiu.

Arlindo Porto recorda trajetória política e fidelidade aos princípios

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) afirmou ontem, durante a homenagem a Pedro Aleixo, que o político morto em 1975, há 26 anos, foi um dos mais ilustres filhos que Minas Gerais ofereceu ao Brasil. O senador citou frase dos filhos do político falecido, José Carlos Brandi Aleixo e Maurício Brandi Aleixo: “A história rende tributo a Pedro Aleixo, que soube sacrificar posições para continuar fiel aos seus princípios”.

Arlindo Porto traçou breve histórico da vida do político que fundou a União Democrática Nacional (UDN). Nascido em Mariana, sempre muito religioso, Aleixo tinha como principal bandeira a defesa da democracia, em nome da qual retirou-se várias vezes da vida pública, sempre que sentia o ideal ameaçado. Formou-se em 1922 em Direito e passou logo a fazer jornalismo e política. Atuou como advogado, jornalista, político e professor, tendo destaque em todas as áreas. Foi um dos fundadores do jornal *Estado de Minas*, e sua primeira eleição para um cargo pú-

blico ocorreu em 1927, para conselheiro municipal de Belo Horizonte.

Em 1933 Pedro Aleixo foi eleito deputado constituinte e elaborou o capítulo referente aos direitos e garantias individuais da Constituição de 1934. Com a instituição do Estado Novo e a dissolução do Parlamento, Aleixo deixou a vida pública e voltou a advogar. Nessa época, recusou nomeações para cargos públicos até que se restabelesse o regime democrático. Em 7 de abril de 1945, sob a sua presidência, foi fundada a UDN, no Rio de Janeiro. Em 1958 elegeu-se deputado federal.

Pedro Aleixo participou das conspirações para derrubar o governo de João Goulart, em 1964, e foi ministro da Educação do governo Castelo Branco. Em 1967, tornou-se vice-presidente da República. Único membro do Conselho de Segurança Nacional a



Arlindo Porto afirmou que Pedro Aleixo tinha como principal bandeira a defesa da democracia

votar contra o Ato Institucional nº 5, Aleixo deixou o governo e, no período mais feroz da ditadura, com o objetivo de lutar pela liberdade e defesa dos direitos do cidadão, criou o Partido Democrático Republicano (PDR).

Tuma ouve em Belém cinco envolvidos no caso Banpará

Senador toma na segunda-feira depoimentos de dois gerentes de agências e de três beneficiários de operações de desvio de recursos

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) estará colhendo nesta segunda-feira em Belém o depoimento de mais cinco pessoas envolvidas com o caso Banpará – dois gerentes de agências e três beneficiários das operações de desvios de dinheiro do banco. Um dos depoentes, Marcílio Guerreiro, era gerente da agência central do Banpará à época das operações, quando o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, governava o estado do Pará.

Tuma, que coordena os trabalhos da comissão especial que investiga denúncias contra Jader Barbalho, também tem encontro com técnicos do Banco Central (BC) e do Tribunal de Contas da União (TCU), em São Paulo, que estão confrontando os dados do BC com o documento explicativo apresentado ontem por Jader, em sua defesa.

O senador informou que já encaminhou ofício ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), solicitando a prorrogação por dez dias para a entrega das conclusões da comissão. A intenção, detalhou Tuma, é apresentar o relatório aos demais



Romeu Tuma também vai se encontrar com técnicos do Banco Central e do TCU



Jefferson Péres considera provável entrega do relatório nos próximos dias

membros do conselho ainda na semana que vem, antes do feriado, apesar de a data oficial, se aprovado o pedido de adiamento, ser 13 de setembro.

Também o senador Jefferson Péres (PDT-AM) considera provável a entrega do relatório nos próximos dias, mesmo que algumas diligências não possam ser feitas.

– A comissão tem a obrigação de fazer apurações preliminares e indicar, se for o caso, que deva ser ou não aberto um inquérito contra o investigado. Prosseguindo o processo, o conselho então aprofunda as apurações e convo-

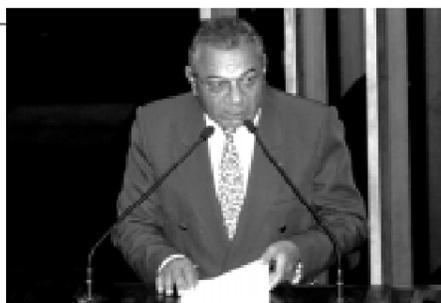
ca novas testemunhas, de defesa e acusação, etapa que pode durar de dois a três meses.

A comissão deve receber até hoje a resposta da Mesa do Senado sobre a tramitação do requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que solicitava informações do BC sobre o caso Banpará. Os senadores Tuma e Jefferson querem saber se Jader Barbalho teria retardado o andamento do pedido para beneficiar-se, já que este demorou três meses e 17 dias para chegar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

por combustão espontânea.

– As queimadas no meio rural brasileiro são provocadas, na maioria dos casos, pelos próprios habitantes, por teimosia ou por ignorância, ou até mesmo por irresponsabilidade. No entanto, existem as que são provocadas por combustão espontânea, devido à excessiva temperatura do ambiente, favorecida pela vegetação seca, característica do período de estiagem e de baixa umidade relativa do ar – disse o senador.

Para Jonas Pinheiro, o papel a ser desempenhado pelo Ibama no combate às queimadas é fundamental, conforme ficou demonstrado no grande incêndio de Roraima, em 1998. Entretanto, explicou, o órgão precisa, para bem cumprir sua missão, de equipamentos adequados e de novas tecnologias. Necessita, portanto, de mais recursos, completou.



Jonas: queimadas no campo são muitas vezes provocadas pelos próprios habitantes

Jonas pede mais recursos para combate a incêndios

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) reivindicou ontem ao governo mais recursos para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para tornar o órgão mais eficiente na luta contra as queimadas nas mais diversas regiões no país, principalmente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde é alta a incidência de combustão espontânea.

Por estranho que pareça, disse o senador, a crise econômica tem contribuído para elevar o número de queimadas, pois favorece o abandono de propriedades e a redução da atividade pecuária. Com pouco movimento do gado em grandes áreas, reduz-se drasticamente o pisoteamento feito pelos animais sobre a vegetação, fator que, aliado à baixa umidade, propicia o surgimento de focos de incêndio

Santos defende projeto que regula setor de saneamento

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) fez um apelo aos senadores pela rápida aprovação do projeto de lei do Executivo que define diretrizes para um modelo de regulação e gestão do setor de saneamento. Ele ressaltou que somente com uma política clara para o setor será possível alocar recursos públicos e atrair recursos privados que preencham os requisitos de eficiência no atendimento à população.

Ricardo Santos citou números da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), do IBGE, demonstrando que 53% das moradias, em 1992, e 62,3% em 1999, dispunham de serviços de abastecimento de água potável, esgoto sanitário e coleta de lixo. Segundo especialistas do setor, seriam necessários investimentos da ordem de R\$ 40 bilhões, nos próximos 15 anos, para universalizar a oferta desses serviços à população urbana.

O grande impasse que entrava a implementação de uma política de saneamento básica efetiva concentra-se na titularidade dos serviços, disse Ricardo Santos. O respeito à autonomia municipal e a importância da descentralização dos serviços de saneamento não podem ofuscar a realidade de que

esses serviços envolvem, em muitos casos, territórios circunvizinhos ultrapassando os limites da municipalidade e até mesmo fronteiras de estados.

O projeto enviado pelo Executivo, explicou o senador, faz nítida opção pela estadualização da competência

na prestação dos serviços de saneamento básico que excedam os interesses locais. Ricardo Santos observou que o projeto não impõe privatização dos serviços, mas considera a possibilidade de ingresso de capital privado, se for do interesse público.

Ricardo Santos alega que, sem aporte relevante de recursos públicos e privados, o país não conseguirá avançar, significativamente, no setor. Quanto à titularidade da prestação de serviços de saneamento, ele entende que o poder concedente deve pertencer aos municípios, com modificações em relação a regiões metropolitanas compartilhadas por duas ou mais unidades.



Ricardo Santos: política clara permitirá atrair recursos



O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebe Orlando Muniz

LOBÃO RECEBE CONTERRÂNEOS

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu em audiências na manhã de ontem o secretário nacional de Reforma Agrária, Orlando Muniz, e o líder do PFL na Câmara Distrital de Brasília, deputado Agnaldo de Jesus. Ambos os encontros foram definidos pelos visitantes como “de cortesia”. Em comum o secretário e o deputado têm duas características: são homens públicos e maranhenses.



Também maranhense, Agnaldo de Jesus visita o senador Edison Lobão

Lobão diz que Congresso está pronto a colaborar no combate à insegurança

Segundo o presidente interino do Senado, se o governo baixar por medida provisória um pacote para reduzir a violência, os parlamentares o examinarão de imediato

Luiz Otávio afirma que governador busca saída pacífica



Desocupação de fazenda foi adiada, informa Luiz Otávio

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) informou em Plenário, ontem, que o governador do Pará, Almir Gabriel, decidiu adiar por 120 dias o cumprimento dos mandados de reintegração de posse da Fazenda Cabaceira e da gleba Ampulheta, localizadas nas regiões sul e sudeste do estado e ocupadas há três anos por trabalhadores sem terra.

Ao dar a informação, Luiz Otávio contestou denúncia feita na quarta-feira pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) de que o governador havia enviado policiais militares para realizar o despejo nas áreas. Na verdade, a tropa chegou a ser deslocada para Marabá naquele dia, mas, por volta das 15h, Almir Gabriel determinou seu retorno, com a intenção de negociar uma saída pacífica, conforme Luiz Otávio.

Com base em notícia divulgada pela Agência JB, o parlamentar comentou que o governador tomou a decisão após o secretário especial de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, tê-lo alertado sobre a possibilidade de confronto entre policiais e sem-terra. E informou que Almir Gabriel já apelou ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Sebastião Oliveira, para solucionar os problemas fundiários na região.

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), classificou ontem o seqüestro do empresário e apresentador Silvio Santos como "lastimável e monstruoso" e disse que o Congresso está pronto a colaborar para que se encontre, o mais rápido possível, uma solução, "um freio definitivo para a situação de insegurança que vivemos".

— O Brasil não pode mais conviver com esse tipo de situação. Precisamos encontrar os meios para que a sociedade tenha tranqüilidade. Esse tipo de vexame é um sofrimento que nós não merecemos — afirmou.

Lobão manifestou solidariedade a Silvio Santos, que ficou refém do seqüestrador de sua filha Patrícia por várias horas.

— Tenho a honra de ser amigo pessoal de Silvio Santos, gosto dele e ele de mim, nossas famílias têm boas relações de amizade. Qualquer

pessoa pode avaliar o sofrimento dele e de todo aquele que sofreu seqüestro e ficou sob a mira de uma arma — frisou, pedindo aos homens públicos reflexão sobre "a forma e os meios para aprimorar o sistema de segurança pública".

O presidente interino do Senado revelou que há alguns dias trocou impressões com o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o seqüestro da filha do empresário, bem como a respeito das propostas e projetos com que o governo tenta aprimorar o atual sistema de segurança pública. O senador lamentou que "divergências entre parlamentares impeçam avanços mais rápidos nas medidas que toda a sociedade espera para ampliar a segurança". Segundo Lobão, do ponto de vista legal, "toda a dificuldade é porque nem o governo nem o Congresso chegaram a um texto ideal que sirva ao propósito da seguran-



Edison Lobão manifestou solidariedade a Silvio Santos, de quem é amigo pessoal

ça". Ele chegou a sugerir que o governo edite, por medida provisória, um pacote contra a violência, assegurando que o Legislativo examinará o assunto "em 30 a 60 dias".

O senador explicou que a demora na votação de propostas como a proibição de porte de armas deve-se ao fato de serem muito polêmi-

cas, mas insistiu que os parlamentares estão dispostos a trabalhar com agilidade.

— O Congresso Nacional poderá, sem dúvida, acelerar a tomada de decisão, mas as propostas têm que ser examinadas com cuidado, para que resultem em leis que sirvam ao povo e não sejam apenas algumas leis a mais. Temos condição de votar com rapidez um projeto que seja bom. Aliás, quero dar uma sugestão: se o presidente da República baixar por medida provisória o projeto ideal, em 30 a 60 dias o Congresso se manifestará — assinalou.

Lobão admitiu que uma lei não é suficiente para mudar as causas estruturais da violência, mas considera que ela é necessária:

— A lei não modifica a situação de violência, mas cria pressupostos para que o governo possa agir com mais rapidez e eficiência no sentido de debelar a violência — disse.

Suassuna defende edição de pacote contra a violência

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a edição de um pacote antiviolência, ao comentar a invasão da residência do empresário Silvio Santos pelo seqüestrador de sua filha, que o tomou como refém por várias horas. Para o senador, deve haver um planejamento de fundo, com medidas de curto, médio e longo prazo. Ele lamentou que o Brasil tenha deixado de ter planejamento e trate ape-

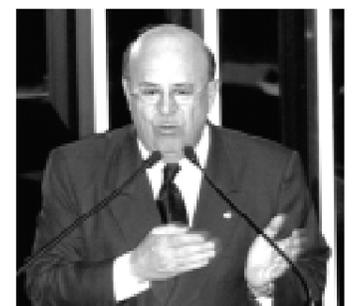
nas as questões "do ontem".

Ney Suassuna apontou entre as causas do aumento da violência no país o grande abismo entre ricos e pobres, o despreparo das forças policiais para enfrentar a complexidade da situação, a lentidão da Justiça, uma legislação antiquada e a precariedade do sistema penitenciário.

O senador disse que depois de ter sido vítima de situações de violência, inclusive com o assas-

sinato de sua primeira mulher, tomou várias providências para garantir sua segurança e a de sua família. Ele estranhou que o mesmo não tenha sido feito por Silvio Santos logo após o seqüestro de sua filha.

Em razão de sua preocupação com o assunto, Ney Suassuna apresentou sete projetos com medidas que visam reduzir a violência pelo ataque às suas causas.



Ney Suassuna quer medidas planejadas "de curto, médio e longo prazo"

Senadores manifestam preocupação com seqüestro de Silvio Santos

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), afirmou em entrevista à imprensa ontem que o seqüestro do empresário e apresentador Silvio Santos, pela gravidade de que se revestiu, deve servir para que o governo e o Congresso reflitam sobre a necessidade de o setor de segurança pública receber mais investimentos, como tem sido feito com as áreas de saúde e educação.

Assim também pensa o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que lamentou o fato de os crimes de seqüestro estarem se banalizando no país. Para ele, a melhor alternativa é modificar a legislação penal de forma a agravar as penas e punições para



Renan Calheiros defende mais investimentos em segurança pública, Romeu Tuma lamenta a banalização dos seqüestros e Eduardo Suplicy pede reflexão dos parlamentares



os que cometem esse tipo de crime.

— Esse rapaz que seqüestrou Silvio Santos não é bonzinho e não pode ser tratado com compaixão. As ações, nesses casos, têm de ser decididas com cuidado, de forma a

proteger a vida das vítimas, mas a polícia deve estar bem preparada para enfrentar uma possível reação. O seqüestrador é um bandido perigoso — alertou o senador, que já foi superintendente da Polícia Federal.

de todos: que o seqüestro do apresentador Silvio Santos tivesse um desfecho tranqüilo e que o bom senso imperasse nas negociações.

Suplicy fez apelo para que fosse preservada a segurança do empre-

sário e de sua família e manifestou sua certeza de que as autoridades responsáveis pela segurança pública de São Paulo atuariam com destreza e cuidado. Antes, em aparte ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), Suplicy havia pedido que, frente à situação, os parlamentares pensassem em como solucionar os problemas de segurança pública, cada vez mais violentos "em função da extraordinária injustiça e da desigualdade que perdura no Brasil".

Na presidência da sessão, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou a solidariedade da Mesa e reiterou o desejo de um final feliz para o caso.

Propostas repercutem na vida de milhões de brasileiros

Senadores aprovam importantes matérias, como a que amplia o uso do FGTS na compra de imóvel e a que cria fundo para a Amazônia

O Plenário do Senado teve uma semana de intensos debates e votações importantes, que mexem com a vida de milhões de brasileiros que votam, compram casa própria ou moram na região amazônica. Até os habitantes da Tanzânia serão beneficiados por uma proposta votada pelo Senado.

Um dos principais projetos aprovados autoriza os compradores de casa própria financiada por fundos fechados de previdência complementar a usarem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para abater o saldo devedor. A atual legislação só autoriza o uso do FGTS quando o imóvel é financiado por carteiras imobiliárias de bancos autorizados. O projeto será agora enviado à sanção do presidente da República.

Outro projeto aprovado pelos senadores, mas ainda dependente de votação na Câmara para entrar em vigor, altera a legislação eleitoral ao prever que o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão será rateado entre os partidos levando em conta sua representação na Câmara Federal na época das últimas eleições. O objetivo é impedir que parlamentares troquem de par-



O Plenário do Senado debateu a proposta que limita a edição de medidas provisórias, cuja votação está prevista para quarta-feira

tido apenas para aumentar o tempo de propaganda gratuita de determinada legenda. O autor do projeto é o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

Também recebeu aprovação dos senadores proposta de emenda à Constituição, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que institui o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, que irá vigorar de 2001 até 2013 e se destina a financiar obras de infra-estrutura no Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. O dinheiro para constituir o fundo sairá de parte da arrecadação federal no estado do Amazonas. Entre os 33 projetos aprovados ou discutidos pelo Plenário durante esta

semana, encontra-se pedido da União para renegociar, de forma mais benevolente, a dívida da Tanzânia com o Brasil, no valor de R\$ 232,4 milhões. Ainda na área financeira, o Senado aprovou empréstimos de R\$ 12,1 milhões para que os estados do Ceará e de Pernambuco estimulem programas de incentivo ao turismo.

O Plenário manteve longos debates sobre vários projetos, um deles a proposta que limita a edição de medidas provisórias (MPs) por parte do presidente da República. A proposta já foi aprovada pelos deputados e deve receber a última votação dos senadores na próxima quarta-feira.

Nas comissões, exame recorde de projetos, como o que previne crimes pela Internet

As comissões do Senado bateram um recorde nesta semana: num único dia, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votou 33 projetos, aprovando 26 deles. Foi na quarta-feira, numa reunião presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Entre os 26 projetos aprovados, encontra-se um do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que estabelece novo sistema de rateio no tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão nas eleições em que houver duas vagas para senador.

A Comissão de Educação aprovou projeto inovador que busca coibir os crimes praticados via Internet. Pela proposta, os provedores de Internet terão de manter em arquivo, pelo prazo mínimo de um ano, todas as conexões realizadas por seus clientes.



Presidida por Bernardo Cabral, a CCJ votou 33 projetos na quarta-feira

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou resoluções que tornam mais fácil o acesso de estados e municípios a linhas de crédito oficial e de instituições que exijam aval do Tesouro Nacional. Também ouviu especialistas e representantes de empresas distribuidoras de gás sobre proposta que manda trocar em cinco anos todos os botijões.

Foi uma semana de muitas audiências públicas nas comissões

do Senado. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutiu o risco do uso de silicone líquido e de próteses de silicone. A comissão mista que estuda as causas da crise de energia ouviu os presidentes da Eletronorte e de Furnas.

A comissão especial do Conselho de Ética ouviu o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, sobre denúncias de irregularidades no Banco do Estado do Pará (Banpará). Jader negou ter-se beneficiado de qualquer desvio de recursos. A comissão também ouviu Vera Arantes e Serafim Rodrigues sobre a compra de títulos da dívida agrária (TDAs).

TV Senado estreia neste sábado o "Arquivo Aberto"

O programa *Arquivo Aberto* estreia neste sábado na TV Senado. Realizado pela equipe de arquivo da TV, criada em 1995, o programa resgata momentos importantes da história do Brasil e do Senado, tendo duração de 30 minutos. O primeiro episódio, apresentado por André Rego, traz imagens de manifestações populares, e relembra a Passeata dos Cem Mil, em 1968, que pedia democracia, a campanha das diretas, em 1984, e

a Marcha dos Cem Mil, em Brasília, em 1999, organizada pelo Movimento dos Sem Terra. Outras imagens de grande comoção popular, como a que ocorreu na morte do piloto Ayrton Senna e do presidente Getúlio Vargas, também são lembradas pelo *Arquivo Aberto*.

A cada mês, *Arquivo Aberto* tem um episódio inédito. O programa vai ao ar aos sábados, às 5h, 11h e 16h, e aos domingos, às 3h, 9h, 17h30 e 23h.



O programa *Arquivo Aberto* mostra imagens que marcam a vida de Brasília e do Brasil

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O deputado Rafael Guerra e a representante do Idec, Lynn Silver, falam sobre o consumidor e os planos de saúde
7h30 — *Entrevista* — A professora e jornalista Dad Squarisi fala sobre a língua portuguesa
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoólicos Anônimos — Parte 2
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — *Especial* — Encontro Nacional de Parlamentares Negros
Logo após — Comissão Mista do Apagão — Audiência pública com José A. Muniz Lopes, presidente da Eletronorte, e Luís Carlos Santos, presidente de Furnas (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Antonio Vivaldi e Mauro Giuliani — *Concerto para Violão e Cordas*
19h30 — *Cidadania* — O sen. Pedro Simon e a professora Vânia Carneiro falam sobre

educação e televisão

20h30 — *Entrevista* — A professora e jornalista Dad Squarisi fala sobre a língua portuguesa
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — *Espaço Cultural* — *Cordel do Fogo Encantado*
23h — *Teatro Arthur Azevedo* — *Show Sem Compromisso*, de Cécilia Leite
24h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Antonio Vivaldi e Mauro Giuliani — *Concerto para Violão e Cordas*

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Música do Brasil*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Presidente do Flamengo não explica transações

Para Geraldo Althoff, relator da comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades em clubes de futebol, o dirigente Edmundo Santos Silva não conseguiu justificar gastos com compra de jogador e conta no exterior

O contrato de compra de um jogador do Flamengo, o sérvio Petkovic, pode envolver sonegação de imposto e evasão de divisas. A avaliação é do relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), após ter ouvido ontem o depoimento do presidente do clube, Edmundo Santos Silva.

O presidente do Flamengo não soube explicar como o clube pagou US\$ 1,55 milhão e US\$ 450 mil, respectivamente, às empresas estrangeiras Picoline — que tem sede no paraíso fiscal das Ilhas Virgens — e Lake Blue pelos direitos de exploração de imagem do jogador, sem que a agremiação esportiva tenha qualquer recibo ou comprovante da transação. Além disso, o próprio Petkovic já declarou não ter conhecimento dos contratos e afirmou nada ter recebido pela exploração de sua



imagem.

Edmundo Santos Silva explicou que o pagamento dos US\$ 6,5 milhões pela compra do jogador foi feito pela empresa ISL, que tinha contrato de investimentos com o Flamengo no valor de US\$ 80 milhões, mas acabou falindo. Ele disse também que foi o vice-presidente do Flamengo à época, Luís Carlos Medeiros, que conduziu a transação junto ao empresário de Petkovic.

Para Geraldo Althoff, que chegou a pedir ao presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a suspensão da reunião por 15 minutos para que o presidente do Flamengo providenciasse cópia do contrato de aquisição de Petkovic, há evidências claras de que “houve elisão fiscal e evasão de divisas” na compra do jogador. Essa é também a opinião de Álvaro Dias, para quem “há algo de



O presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva (D), ao lado dos senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias, em depoimento à CPI do Futebol

muito estranho e suspeito na operação”. Edmundo Santos Silva não apresentou a cópia, mas garantiu que enviará o documento à CPI em 24 horas.

DÍVIDA

O presidente do Flamengo — sempre alegando que suas contas foram aprovadas pelo conselho fiscal do clube — também não conseguiu responder às perguntas do senador Antero Paes de Barros

(PSDB-MT) sobre o crescimento vertiginoso da dívida do clube, que girava em torno de R\$ 65 milhões em 1998 e chegou a R\$ 136 milhões neste ano. Edmundo afirmou que o clube passou a corrigir passivos e incorporar contingências aos balanços anuais, práticas financeiras não adotadas nas gestões anteriores. Ele prometeu enviar relatórios detalhados à CPI, inclusive auditorias recentes fei-

tas nas finanças do clube. Mas suas explicações, na opinião de Althoff, não convenceram os membros da comissão.

Outro fato levantado pelo relator foi a descoberta, pela CPI, de uma conta no exterior em nome do Flamengo, que teria depósito de US\$ 980 mil. Perguntado sobre o assunto, Edmundo Santos Silva inicialmente afirmou desconhecer tal conta, depois admitiu que ela poderia existir e finalizou dizendo que determinará a realização de levantamento completo sobre a conta e enviará o resultado à comissão.

— Com esse depoimento, fica clara a total desorganização financeira e fiscal de um grande clube como o Flamengo. Está evidente também que lá existe uma espécie de presidencialismo, em que o presidente faz o que quer e o conselho fiscal aprova tudo — enfatizou Althoff.

Alcântara cobra ações para reduzir violência contra mulher

Ao abordar o problema da violência doméstica contra a mulher, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que a sociedade civil e o poder público precisam criar mecanismos de defesa das pessoas do sexo feminino, como ampla garantia de atendimento médico e jurídico, efetivo amparo social, apoio às entidades que cuidam da proteção das vítimas e alteração da legislação vigente.

O senador afirmou que a prática de violência contra a mulher está presente em todas as camadas sociais, conforme mostra pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em lares mais pobres, salientou Alcântara, o problema afeta a família economi-

camente, pois a mulher pode deixar de ir ao trabalho quando é agredida fisicamente.

Alcântara lembrou que a vítima pode apresentar seqüelas graves, já que tende a sofrer de ansiedade, hipertensão, depressão, insônia, gastrite e mal-estar generalizado. O senador citou pesquisa feita pelo Ministério da Saúde em que a violência doméstica é apontada como expressiva causa de morte e de doenças entre as mulheres brasileiras.

O senador citou também estudo promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostrando que entre 10% e 30% das mulheres latino-americanas sofrem violência física e que de 30% a 75% são vítimas de abuso psicológico de seus parceiros.



Lúcio Alcântara afirma que as agressões ocorrem em todas as camadas sociais



Francelino: Maria do Carmo Mello Franco Nabuco de Araújo participou da restauração de Tiradentes

Francelino Pereira registra morte de ativista mineira

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) solicitou à Mesa que faça constar nos Anais do Senado voto de pesar pelo falecimento, sexta-feira passada, no Rio de Janeiro, de Maria do Carmo Mello Franco Nabuco de Araújo, matriarca mineira responsável pela restauração da cidade de Tiradentes.

Maria do Carmo, a quem o senador chamou carinhosamente de Miminha, foi dirigente da Fundação Rodrigo Mello Franco. Criada em 1968, a entidade teve atuação fundamental para garantir a restauração da cidade de Tiradentes. Maria do Carmo desligou-se da fundação há cinco anos, por problemas de saúde. Francelino disse que Miminha dedicou anos de sua vida à tarefa de restauração de Tiradentes e preservação de documentos históricos.

Mauro Miranda defende mais repasses para Apae

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) solicitou aos senadores que defendam um repasse maior de recursos, pelo governo federal, às sedes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) em todo o Brasil. Ele também pediu que os colegas estimulem



Mauro informou que a entidade atende hoje 250 mil portadores de deficiência

a sociedade civil organizada a aumentar o número de doações para a entidade.

Mauro Miranda ocupou a tribuna ontem para mostrar a mudança de postura da Apae e as carências financeiras da entidade. Segundo disse, a organização deixou de priorizar o assistencialismo para trabalhar no desenvolvimento das potencialidades do portador de deficiência. Atualmente luta também para garantir os direitos elementares de cidadania dos deficientes.

Fundada em 1954, no Rio de Janeiro, a Apae atende hoje 250 mil pessoas em quase dois mil municípios. São 1,8 mil unidades no país, atendidas por aproximadamente 37 mil profissionais.

O senador relatou que as escolas mantidas pela Apae atendem o deficiente desde o nascimento até a idade adulta. Acrescentou que, além do ensino de qualidade, oferecem serviços de Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia.

— A oferta de cursos profissionalizantes é o passo mais recente da Apae no sentido de incluir o portador de deficiência no mundo do trabalho — ressaltou.

O parlamentar trouxe exemplos da atividade da Apae em Goiânia, onde 400 alunos são atendidos em três unidades, com aproximadamente 120 funcionários. Mas há 200 crianças na fila de espera, disse. O senador afirmou que cada uma das três unidades na capital goiana recebe R\$ 6 mil mensais do governo federal. Outros R\$ 10 mil são arrecadados em doações telefônicas. Mauro comentou que o governo estadual não contribui com “um centavo sequer”. Já a prefeitura de Goiânia repassa, mensalmente, R\$ 1,89 mil.

Senadores discutem nova lei de radiodifusão

O debate, previsto para o mês de setembro, está sendo organizado pela Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, juntamente com a Comissão de Educação, e reunirá autoridades e especialistas do setor

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática e a Comissão de Educação (CE) vão realizar duas audiências públicas sobre o projeto do governo que trata da nova lei de radiodifusão e que sugere profundas modificações nas normas relativas às rádios e televisões em operação no país. A decisão foi tomada ontem pela subcomissão, ao aprovar requerimento dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ), Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da CE, e Freitas Neto (PFL-PI).

Até a primeira quinzena de setembro, deverá ocorrer a primeira audiência pública. Serão convidados para esse debate o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga; o diretor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB),

Murilo César Ramos; o diretor do programa Observatório da Imprensa (TVE) e colunista do *Journal do Brasil*, Alberto Dines; e o especialista em comunicação e jornalista de *O Estado de S. Paulo*, Etevaldo Siqueira.

Para a outra audiência pública, a ser realizada provavelmente na segunda quinzena de setembro, serão chamados o secretário da Cultura do município do Rio de Janeiro, senador licenciado Artur da Távola; o presidente da Federação da Associação de Rádios Comunitárias, Sebastião Santos; o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Navarro Guerreiro; o diretor de Relações Internacionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Daniel Herz; e o professor da Universidade de Caxias do Sul (RS), Venício Artur de Lima.

AS MUDANÇAS

Entre as propostas contidas no projeto do governo, destaca-se a criação do Conselho Nacional de Comunicação, no âmbito do próprio Ministério das Comunicações. Caberá ao conselho formular as diretrizes para a programação dirigida à criança e opinar quanto à conveniência ou não da concessão e renovação de emissoras de rádios e TVs.

O conselho também terá competência para observar os princípios fundamentais que regem a exploração dos serviços de radiodifusão e o cumprimento das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação. Outra novidade: as TVs serão obrigadas a incluir em sua programação filmes nacionais (de longa e curta metragem) e desenhos animados produzidos



Requerimento para realização de duas audiências foi apresentado por Geraldo Cândido e Freitas Neto (fotos), além de Ricardo Santos, presidente da CE

no país.

O estímulo ao estabelecimento de sistemas de classificação de programas, a promoção do uso dos veículos de comunicação como instrumento auxiliar

de implementação de políticas educacionais, o apoio às rádios comunitárias e o zelo pelos valores éticos e sociais da pessoa e da família são outros itens do projeto.

Freitas propõe debate sobre MP do Cinema

O Congresso Nacional deve receber hoje a medida provisória (MP) que estabelece os princípios gerais da política nacional do cinema e do audiovisual. A informação é do senador Freitas Neto (PFL-PI), que já se mostrou disposto a marcar audiências públicas com autoridades, cineastas e produtores para debater a MP no âmbito da Subcomissão Perma-

nente de Cinema, Comunicação Social e Informática, que preside.

A medida cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e determina que as casas de exibição deverão abrir maior espaço para as produções nacionais. As emissoras de tevê, por sua vez, deverão transmitir pelo menos um filme nacional por semana.

Freitas Neto também destacou que a medida provisória institui um fundo setorial de investimento para o cinema, estabelece novos incentivos para a formação de empresas de distribuição, estimula a construção de novas salas de exibição de filmes e cria uma taxa sobre a venda de aparelhos de TV, videocassete e DVD.

UNE quer projeto para meia-entrada

O presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), comprometeu-se a realizar gestões junto ao Ministério da Educação para que o governo abra um canal de diálogo com a União Nacional dos Estudantes (UNE) em torno da questão da meia-entrada em estabelecimentos de diversão e em eventos culturais, esportivos e de lazer. O pedido para tal intermediação foi feito ontem a Ricardo Santos pelo presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Felipe Maia.

A UNE, segundo seu presidente, quer que a matéria seja trata-



O presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (C), recebeu dirigentes da entidade estudantil

da em projeto de lei, e não em medida provisória, para que deputados e senadores possam discutir amplamente o assunto. Ricardo Santos pediu a Felipe

Maia que encaminhe à comissão um documento com as reivindicações e os argumentos da entidade para que seja lido na próxima reunião da CE.

Eduardo destaca política educacional do Tocantins

A política educacional do Tocantins é, atualmente, uma das mais eficientes do país, afirmou o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), ao informar que o governo local trabalha para erradicar o analfabetismo no estado e está implementando 25 programas que beneficiarão 260 mil pessoas.

O senador afirmou que a educação é a prioridade número um do governo do estado. Ele informou que, somente no primeiro semestre do ano passado, 26,15% da receita líquida do Tocantins foi direcionada para a área educacional – índice superior ao determinado pela Constituição, que é de 25%.

Eduardo disse que os programas para a área atingem todos os níveis de escolaridade e também grupos específicos, como os indígenas e os analfabetos. Para os índios, relatou o senador, foi criado, em 1991, o Programa de Educação Indígena, que atende cerca de dois mil alunos das aldeias da região. Para os analfabetos, o governo instituiu o Programa ABC da Cidadania, que atendeu 25 mil pes-



Setor de educação do estado é um dos mais eficientes do país, afirmou Eduardo Siqueira Campos

soas por meio de comitês instalados em 139 municípios.

Ele também destacou o programa destinado à educação infantil na fase de alfabetização, com atendimento a 8.600 crianças matriculadas em 273 escolas estaduais. Já a rede de ensino fundamental do estado, relatou, recebe cerca de 200 mil estudantes em 533 escolas. O ensino médio, prosseguiu, conta com o projeto Alvorada – patrocinado pelo Ministério da Educação e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento –, cuja meta é capacitar os professores do setor e equipar e mobiliar todos os estabelecimentos de ensino.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Moreira Mendes